

## DESAFIOS DAS TRADIÇÕES LOCAIS NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA GRUTA NOSSA SENHORA DA LAPA, OURO PRETO (MG)

**Simone Fernandes Machado**

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil  
[sissamachadofernan@hotmail.com](mailto:sissamachadofernan@hotmail.com)

**Solano de Souza Braga**

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil  
[solano.braga@ufop.edu.br](mailto:solano.braga@ufop.edu.br)

**Rodrigo Burkowski**

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil  
[rodrigo@ufop.edu.br](mailto:rodrigo@ufop.edu.br)

### RESUMO

As áreas protegidas são ambientes naturais, mas também devem ser compreendidas em seu contexto social e cultural, pois são igualmente espaços sociais. Assim, a proposta deste trabalho é analisar os desafios, as tensões e as oportunidades do uso compartilhado do território da Unidade de Conservação (UC) Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa, situada no distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (MG), pela atividade turística de visitação e pelas tradições do patrimônio cultural vinculadas à Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição da Lapa. A pesquisa buscou analisar a relação entre a preservação ambiental e a apropriação do território da UC pelo turismo cultural. A relevância do estudo reside na análise dos mecanismos de gestão existentes, com vistas a planejar o uso compartilhado do território, evitando ou minimizando conflitos socioambientais. A metodologia considerou a análise do acervo documental no período de 2010 a 2025. A base metodológica foi composta pelas seguintes etapas: 1) pesquisa documental em setores institucionais; 2) levantamento bibliográfico; 3) análise SWOT. Como resultado, espera-se que os resultados subsidiem a gestão do turismo, considerando a heterogeneidade das representações sociais sobre o patrimônio.

**Palavras-chave:** Planejamento do Turismo em Unidades de Conservação. Patrimônio cultural. Planejamento e gestão.

### CHALLENGES OF LOCAL TRADITIONS IN THE MANAGEMENT OF HERITAGE IN CONSERVATION UNITS: THE CASE OF NOSSA SENHORA DA LAPA CAVE, OURO PRETO, MG, BRAZIL

### ABSTRACT

Protected areas are natural environments, but they must also be understood in their social and cultural context, as they are social spaces. The purpose of this paper is to analyze the challenges, tensions, and opportunities of the shared use of Conservation Unit (CU) Gruta Nossa Senhora da Lapa Municipal Natural Monument, located in the district of Antônio Pereira, Ouro Preto, Minas Gerais (MG), Brazil, for tourist visits and cultural heritage traditions linked to the festival Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição da Lapa. The research analyzed the relationship between environmental preservation and the appropriation of the CU by cultural tourism. The relevance of the research lies in analyzing the existing management mechanisms, with a view to planning the shared use of the territory, avoiding or minimizing socio-environmental conflicts. The methodology involved the analysis of documents from 2010 to 2025 and followed three stages: 1) Documentary research in institutional departments of Ouro Preto; 2) Bibliographic survey; 3) SWOT (strengths, weaknesses, opportunities, and threats) analysis. We expect the results to support the city management in working with tourism, considering the heterogeneity of social representations about heritage.

**Keywords:** Tourism Planning in Protected Areas. Cultural heritage. Planning and management.

## INTRODUÇÃO

As áreas protegidas são ambientes naturais, na medida em que possuem ecossistemas em mudança permanente, mas devem ser entendidas também em seu contexto social e cultural, pois são espaços sociais cujo “valor” é coletivamente construído. A proposta deste trabalho é analisar os desafios, as tensões e as oportunidades do uso compartilhado do território da Unidade de Conservação (UC) Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa, situada no distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (MG). As atividades potenciais referem-se à visitação turística e às tradições do patrimônio cultural vinculadas à Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição da Lapa.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se na necessidade de abordar a complexa relação entre a preservação ambiental e a apropriação do território da UC pelo turismo cultural. A relevância do estudo decorre da necessidade de analisar os mecanismos de gestão existentes, com vistas a planejar, de forma sustentável, o uso compartilhado do território, evitando ou minimizando conflitos socioambientais.

O objetivo principal da pesquisa foi realizar uma análise bibliográfica e documental sobre a gestão do patrimônio cultural em UCs, com a intenção de identificar riscos e oportunidades para a preservação socioambiental e cultural, atendendo aos objetivos preservacionistas da UC e ao interesse coletivo sociocultural no território. Os objetivos específicos foram: 1) identificar quais instrumentos de planejamento e gestão são adotados na UC; 2) levantar exemplos de boas práticas de gestão e experiências de sucesso para fins de comparação; 3) identificar os principais conflitos e impactos socioeconômicos do turismo em UCs com vocação para turismo cultural; 4) avaliar a efetividade dos instrumentos de planejamento e gestão à luz do referencial teórico; e 5) propor sugestões para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão existentes.

A questão-problema do estudo foi: como conciliar a preservação do patrimônio natural e cultural na UC? A hipótese da pesquisa é que, ao implementar uma UC, é tão necessário considerar os aspectos culturais e a adequação às necessidades de uso da comunidade quanto considerar os programas preservacionistas voltados às questões ambientais.

Ressalta-se que, conforme Kinker (2005), o estímulo ao desenvolvimento das atividades de uso público em áreas protegidas, tais como visitação, recreação e turismo, tem sido impulsionado recentemente por tendências mundiais, financiamentos de agências de cooperação e de bancos internacionais, bem como pela pressão nacional para que as UCs, de fato, promovam o desenvolvimento territorial. Entretanto, uma das críticas apontadas é que projetos turísticos podem intervir no cotidiano e na vivência social, eliminando singularidades patrimoniais locais para enquadrá-las em um padrão homogêneo mundial, motivado pelo desejo de atrair fluxo turístico e capital multinacional.

A relevância da pesquisa reside no fato de que a temática das paisagens patrimoniais e sua apropriação para o turismo em UCs envolve a compreensão das diversas camadas de memória coletiva social, que articulam a imaterialidade e a materialidade do território para fins preservacionistas, conservacionistas, educativos e ressonantes (Costa; Gastal, 2010; Sartori, 2021). Por ressonância, entende-se o poder de um objeto de alcançar um universo mais amplo, evocando no espectador forças culturais complexas das quais ele é, simultaneamente, parte e observador.

Assim, ao se trabalhar o turismo com foco no patrimônio, é necessário considerar a heterogeneidade das representações sociais, pensando não em indivíduos isolados, mas em uma conjuntura sociocultural, de modo que os visitantes sejam estimulados a refletir e interagir com os atributos culturais e ambientais que os cercam e com o contexto em que estes se inserem. Cabe salientar que, conforme De Certeau (1997), são as histórias dos lugares que os tornam habitáveis; sem essas histórias, eles se tornam desertos. Por outro lado, arrancar os registros de memória dos “solos onde desabrocham” é destruir parte desse processo; fomentar ou restaurar essa narratividade é, portanto, também uma tarefa de restauração e de gestão das UCs.

## MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia considerou a análise do acervo documental utilizado no planejamento e na gestão da UC no período de 2010 a 2025. A base metodológica foi composta pelas seguintes etapas, norteadas por Dencker (1998): 1) pesquisa documental em setores institucionais; 2) levantamento bibliográfico para subsidiar a construção do referencial teórico e estabelecer os parâmetros de análise; e 3) análise SWOT com base nos dados obtidos. A análise SWOT (sigla em inglês, também conhecida em português como FOFA) é uma técnica utilizada para identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, com o intuito de desenvolver

um plano estratégico para uma empresa ou segmento, tendo sua autoria creditada a dois professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Christense (Friesner, 2010).

Os dados secundários utilizados foram obtidos no acervo da Diretoria de Parques da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Ouro Preto, por meio da seleção de documentos diretamente relacionados à UC estudada, tais como o plano de manejo, relatórios técnicos de estudos geológicos, documentos com registros históricos, documentos institucionais (atas, leis e decretos de criação), bem como relatórios de visitação e de monitoramento. A análise territorial desenvolvida neste estudo baseou-se exclusivamente nesse conjunto de dados secundários, complementado por imagens e produtos cartográficos institucionais previamente elaborados por órgãos públicos e entidades responsáveis pela gestão da UC, não havendo, portanto, produção cartográfica original, nem levantamento geoespacial nem trabalho de campo sistemático. Após a sistematização do material selecionado, procedeu-se à análise crítica e cruzada do acervo documental, à luz do referencial teórico adotado, a partir da qual foi construída a análise SWOT.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### *Referencial teórico*

Como mencionado, este trabalho apresenta duas visões sobre o patrimônio. Apesar do esforço acadêmico em ampliar o sentido do termo, ainda prevalece a divisão entre patrimônio cultural e patrimônio natural, o que leva à produção de legislações distintas para cada um desses patrimônios.

O patrimônio cultural é, no Brasil, tratado institucionalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural Brasileiro” (Brasil, 1988). A Recomendação de Paris de 1972 foi o primeiro documento a tratar conjuntamente das dimensões culturais e naturais do patrimônio (Féres, 2021). A proteção e a salvaguarda integradas dessas duas dimensões foram reafirmadas na Charter do Patrimônio Natural da Austrália (*Australian Natural Heritage Charter*, 2002), o que indica que os atributos naturais e culturais estão associados e devem ser preservados conjuntamente.

Para Vieira Filho (2011), os desafios de trabalhar com o patrimônio no Brasil envolvem tanto a dimensão territorial quanto a complexidade cultural. A Constituição de 1988 foi alterada, em 2012, pela Emenda Constitucional nº 71, que acrescentou o art. 216-A, destacando a importância da cultura para o desenvolvimento nacional e a participação de todos, de forma descentralizada e participativa, envolvendo os entes federativos e a sociedade (Brasil, 1988).

Conforme Frigolé e Roigé (2010), o patrimônio é considerado um bem valioso para toda a humanidade e, por isso, deve ser conservado em sua plena integridade. Assim, gestores precisam lidar com a complexa relação entre território, comunidade e valores (Tsing, 2005; Zimmerer, 2006). Segundo Porta (2012), a nova política nacional de preservação do patrimônio passou a priorizar diretrizes como a participação social, a reinserção dos bens culturais na dinâmica social, a qualificação do contexto dos bens e a promoção do desenvolvimento local.

Para Santos (2005), o território pode ser abordado como referência para a construção de identidades. Nesse contexto, surgem as Unidades de Conservação (UCs), espaços inicialmente voltados à preservação ambiental, mas que adquirem grande relevância cultural, seja pela presença de sítios arqueológicos, seja pela estreita relação entre atributos naturais e modos de vida de determinados grupos sociais (Silva, 2020). Ghimiri e Pimbert (2000) destacam que áreas protegidas são ambientes naturais que também devem ser compreendidas em seu contexto social e cultural, por se tratar de espaços sociais.

A implantação de UCs desencadeou uma série de conflitos socioambientais decorrentes da sobreposição de territórios (Monteiro, 2011). Qualquer modificação nos ecossistemas deve considerar o papel específico desempenhado pelos seres humanos. Uma forma de integração entre a comunidade e as áreas protegidas é a visitação, que deve seguir regras e restrições para assegurar a qualidade da experiência e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2018).

Para Widmer (2008), o turismo responsável e democrático é aquele que inclui os moradores locais, atribui função social ao patrimônio, protege e valoriza o bem e a comunidade, respeitando os interesses coletivos e promovendo o bem-estar social. O desenvolvimento regional pode ser entendido como o processo que agrega melhorias nas condições de vida da população (Federovicz; Gumbowsky; Marchesan, 2015).

A Lei Federal nº 9.985/2000 foi instituída para regulamentar o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal (Brasil, 1988), e estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UCs. Embora preveja a proteção de atributos culturais com fins sociais, a lei concentra-se majoritariamente nos recursos bióticos.

Para Barreto (2000), “a medida legal mais concreta para proteger o patrimônio ainda é o tombamento”; contudo, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) prevê a categoria Monumento Natural (MONA), cujo objetivo é preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica (Brasil, 2000). Integrando o grupo de Proteção Integral, o MONA pode ser constituído por áreas públicas e particulares, tendo a visitação condicionada ao Plano de Manejo (PM) e às normas do órgão gestor (Brasil, 2000).

O PM é definido no SNUC como um documento técnico que estabelece o zoneamento, as normas de uso e de manejo dos recursos naturais, além da integração social do território, contribuindo para a “identidade” da UC (Brasil, 2000). Porém, conforme Pena (2018), apesar de fundamentais para a conservação, há pouca produção científica sobre o monitoramento e a avaliação de PM, e não se exige, em seu conteúdo, um programa de educação patrimonial, dado o foco predominante nos atributos naturais.

No campo cultural, gestores brasileiros, interessados na política de Patrimônio Imaterial, promulgaram o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro” e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Foram estabelecidos quatro livros de registro: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Entretanto, destaca-se que a própria categoria “patrimônio” sofreu grande expansão, permitindo hoje falar em patrimônio etnográfico, natural, ecológico, genético, virtual, entre outros, e que a noção de “intangível” viabilizou a patrimonialização de praticamente qualquer objeto, espaço, prática social ou mesmo de pessoas, como no caso dos “tesouros humanos vivos” (Lima Filho; Ecker; Beltrão, 2007; Abreu; Chagas, 2009).

Os processos de patrimonialização se legitimam não apenas por decretos e leis, mas também pelo fato de a comunidade incorporar o bem como algo a ser resguardado para as gerações futuras. Para Ballart (1997), perder as origens resulta na perda de identidade, e os bens patrimonializados carregam mensagens usadas para produzir significados, especialmente ao materializarem conceitos como identidade nacional e diferença étnica. Cada objeto cultural possui uma multiplicidade de significados, que se busca resgatar por meio da patrimonialização. Entre os usos mais frequentes do patrimônio está sua apropriação para atividades turísticas: ora servindo à indústria turística em escala global, ora às estratégias identitárias e à formação de subjetividades, ora às reivindicações políticas e econômicas de grupos sociais, ora às políticas de Estado (Kirshenblatt-Gimblett, 1998).

Somente há pouco tempo o Estado brasileiro passou a reconhecer as manifestações das culturas populares como dignas de registro e valorização (IPHAN, 2006). Nesse sentido, espera-se que a população valorize traços culturais com os quais se identifica, mesmo que não estejam tombados nem vinculados à cultura popular. Nessa mesma linha, enquadra-se a memória de lugares ou paisagens culturais, que nos conferem um sentido de lugar e revelam a relação com a terra ao longo do tempo, por meio de formas, características e histórias de uso. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 216 introduz a paisagem no conceito de “patrimônio cultural brasileiro” ao dispor sobre “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (Luca, 2007, p. 48).

Conforme Martins (2008), o Comitê de Conselhos e Ministros da Europa (1995) e a Convenção Europeia da Paisagem (2000) conceituam a paisagem como expressão formal da relação entre sociedade e natureza; fruto da percepção de indivíduos ou grupos acerca do espaço apropriado; portadora de significado cultural em virtude de valores afetivos, identitários, estéticos, simbólicos e econômicos, por meio dos quais se definem sensibilidades, práticas, crenças e tradições. As paisagens culturais, de acordo com a UNESCO (2008), podem ser classificadas em: a) paisagens criadas intencionalmente pelo ser humano, como construções e conjuntos religiosos; b) paisagens essencialmente evolutivas, relictas ou vivas, resultantes de exigências sociais, econômicas, administrativas, religiosas, entre outras; c) paisagens culturais associativas, definidas pela associação a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais. Em síntese, a paisagem cultural expressa a relação entre elementos naturais e manifestações culturais imateriais.

Nesse contexto, quanto à instituição das unidades de conservação, Leuzinger (2007, p. 307) afirma:

[...] não se contesta, portanto, a necessidade de instituição de unidades de conservação, incluídas as UCs de proteção integral e domínio público, como necessárias à proteção do ambiente natural e, em especial, da diversidade biológica, mas defende-se que sua instituição deve obedecer aos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, que

permitted conciliate the right to a ecologically balanced environment and cultural rights, within the perspective of Brazil not only a rich country in biodiversity, but also a socio diverse country, bearer of immense cultural richness, that conforms to its cultural heritage, essential to the formation of national identity.

Para McIntosh e Gupta (1989), o turismo cultural abrange todos os aspectos das viagens por meio das quais os indivíduos passam a conhecer, de forma mais próxima, a vida e o pensamento de outros povos. A curiosidade humana pelo mundo, seus povos e culturas constitui um dos principais motivos para viajar; das grandes cidades às pequenas vilas, as diferenças culturais se tornam importantes atrativos turísticos. Assim, o turismo pode ser considerado um instrumento relevante para a promoção de relações culturais e de cooperação internacional. Para Gonçalves (2007b), “Curiosamente, nos discursos modernistas, o turismo sempre foi classificado como uma fonte de ‘inautenticidade’, algo que deveria ser mantido à distância, na medida em que o patrimônio permanecesse autêntico”.

Diante das conexões entre componentes naturais, socioculturais e econômicos dos territórios de UCs, seu planejamento e sua gestão, visando conservar a diversidade natural e sociocultural, bem como os serviços ambientais, e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento local, configuram um desafio. De acordo com Leuzinger (2007), as UCs devem conciliar direitos culturais e naturais, de modo a proporcionar à sociedade um meio ambiente equilibrado. Contudo, é preciso garantir que esses espaços sejam usufruídos por todos os cidadãos, de forma democrática e plural, abrindo-se a diversas vozes e a encontros e diálogos entre segmentos culturais e econômicos distintos.

Conforme Acsehrad (2010), enquanto os males ambientais puderem ser transferidos aos mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará. A agenda da justiça ambiental no Brasil propõe articular a justiça social à proteção ambiental, interrompendo mecanismos de transferência dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais vulneráveis. Nesse sentido, a gestão participativa é essencial para que o desenvolvimento da atividade turística no território seja benéfico para todos os atores sociais envolvidos.

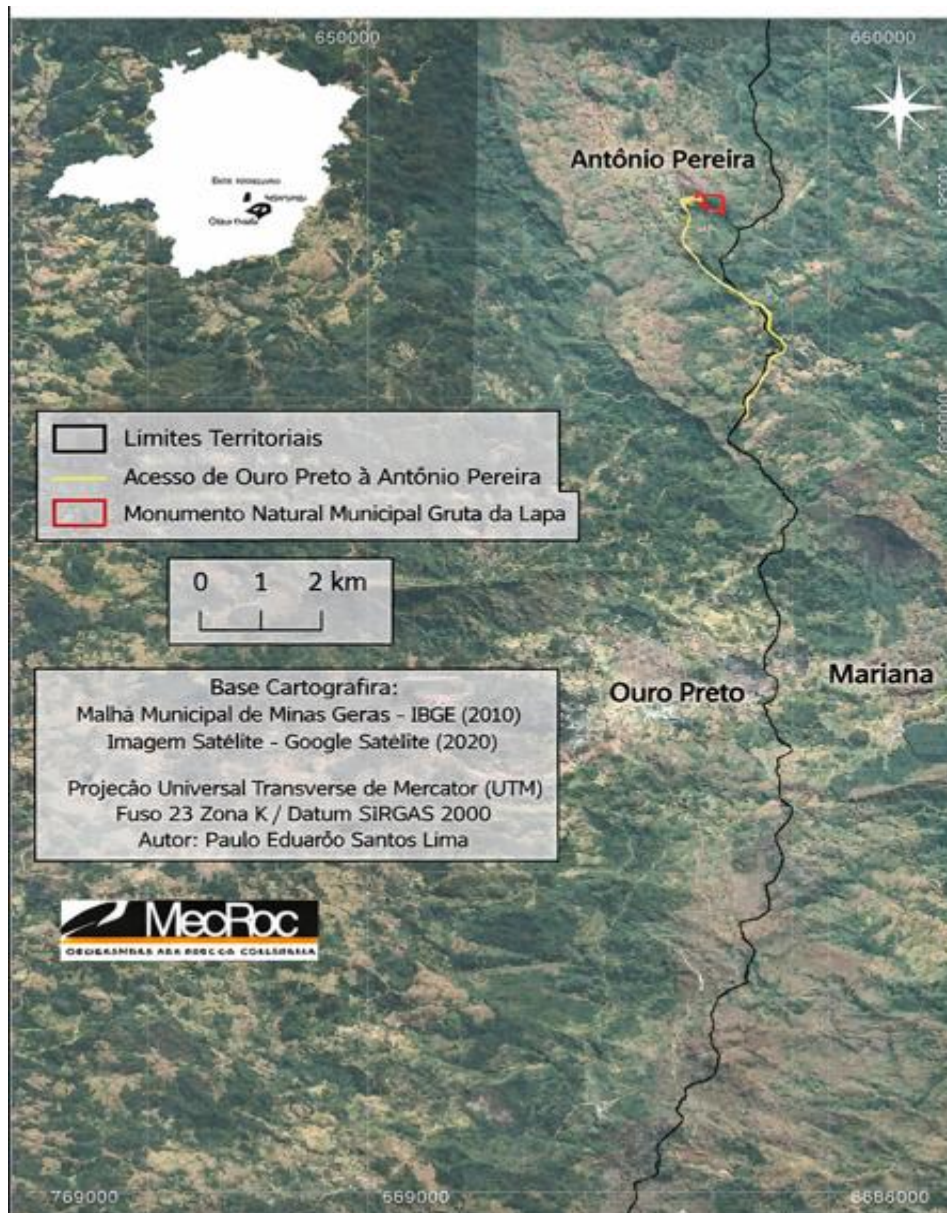
### ***O Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa***

Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1980, e, desde 1938, é considerada Monumento Nacional. Em 1986, o centro histórico foi inscrito no tombamento dos Livros de Belas Artes — históricos, arqueológicos, etnográficos e paisagísticos — e, em 1989, foi definida a delimitação do perímetro de tombamento da cidade, que atende ao critério de proteção nacional previsto no Decreto-lei nº 25/1937 (Souza, 2010; Ferreira; Ribeiro, 2025).

Conforme os documentos de gestão da UC, a saber, o Plano de Manejo (Azul Consultoria, 2010) e o Diagnóstico Geomecânico da Lapa de Antônio Pereira (MecRoc, 2020), a Gruta de Nossa Senhora da Lapa possui uma área de 20,27 há e pertence à Paróquia Sagrado Coração de Jesus, que integra a Arquidiocese de Mariana (MG). A localização da Gruta da Lapa em relação à sede de Ouro Preto encontra-se na Figura 1.

A boca da Lapa tem cerca de 9 m de largura por 7 m de altura e dá acesso ao salão principal da gruta, onde foram implantadas diversas infraestruturas relacionadas ao culto religioso. O salão principal, com área de aproximadamente 240 m<sup>2</sup>, possui forma triangular, com cerca de 37 m de comprimento máximo e largura de cerca de 15 m no ponto mais amplo (Azul Consultoria, 2010). Desse salão, partem diversos condutos, sendo possível observar, no teto, o contato entre o mármore dolomítico no qual a caverna se desenvolveu e o itabirito da Formação Gandarela (MecRoc, 2020).

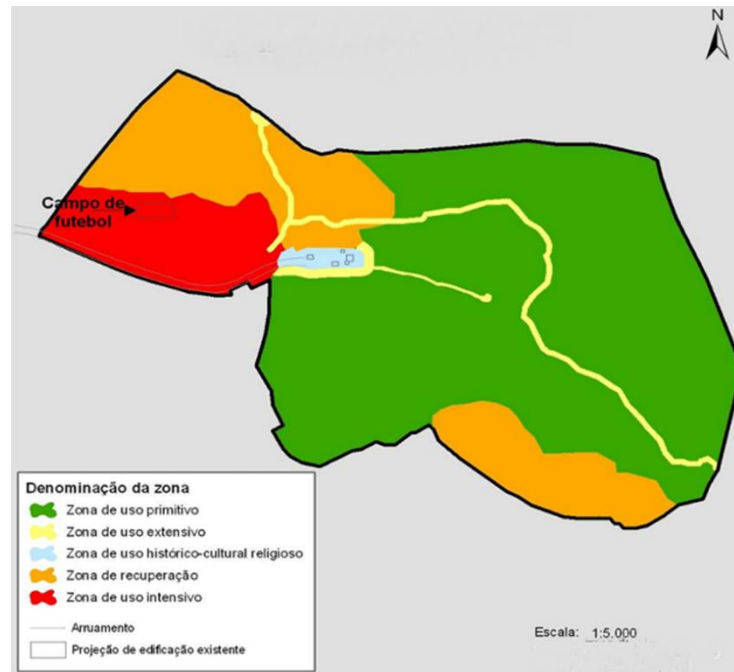
Figura 1 - Antônio Pereira, Ouro Preto (MG): Localização da Gruta Nossa Senhora da Lapa



Fonte: MecRoc, 2020.

Segundo diagnóstico geomecânico da Lapa de Antônio Pereira (MecRoc, 2020), a caverna pode ser dividida em seis áreas: o salão da entrada, onde se localizam a capela e o salão das velas; a ramificação lateral esquerda, ligada ao salão da entrada; a ramificação direita, também ligada ao salão da entrada; o salão das rampas, que apresenta o desnível mais acentuado da cavidade; o salão da trincheira; e o salão final. Esse espaço reveste-se de grande significado religioso, como documenta o Arquivo Eclesiástico de Mariana, que reúne registros com duas versões sobre a origem do culto, uma de 1722 e outra de 1767, o que permite afirmar que é visitado desde meados do século XVIII (MecRoc, 2020). A visitação ocorre principalmente na zona de uso histórico-cultural religioso, conforme Figura 2.

Figura 2 - Antônio Pereira, Ouro Preto (MG): Zoneamento do Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa



Fontes: Azul Consultoria, 2010.

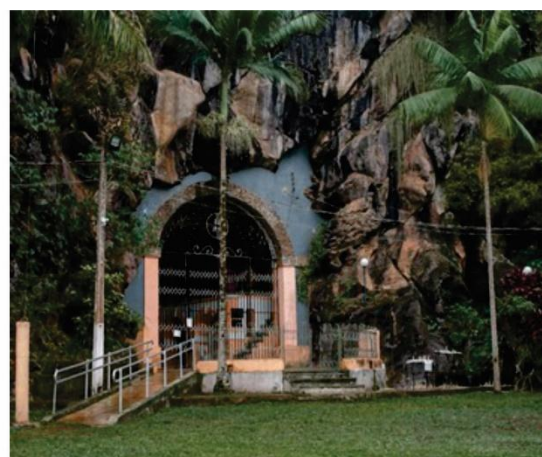
Segundo a tradição oral local, em 1757, o filho de um tropeiro teria perseguido um coelho branco que o levou até a gruta (Figuras 3 e 4), onde teria ocorrido a aparição de uma divindade (Azul Consultoria, 2010). A imagem vista pelo menino era a de uma mulher muito bonita, com a cabeça cercada de luz, de pé sobre uma bola onde havia uma serpente enrolada, de boca aberta. Logo após o relato do menino, outras crianças também afirmaram ter visto uma imagem semelhante na mesma gruta (Azul Consultoria, 2010).

Figura 3 - Gruta Nossa Senhora da Lapa



Fonte: Modesto de Faria Bello, 1862.

Figura 4 - Capela Nossa Senhora da Conceição da Lapa



Fonte: Souza, 2022.

Segundo a análise dos frades da época, tratava-se de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, que teria aparecido para solicitar a construção de uma capela naquela gruta (Azul Consultoria, 2010). Salienta-se que a narrativa local, ao evocar a lenda e o contexto em que o território se insere, reforça a memória e a ancestralidade do grupo que se apresenta em posse do território ou o faz uso, assegurando sua legitimidade.

Outra versão relata que, de acordo com moradores e outras fontes, crianças da comunidade, ao passearem nas proximidades, encontraram, em uma gruta, a imagem da Virgem Nossa Senhora da Conceição da Lapa e da Virgem das Mercês (Figuras 5 e 6). A imagem de Nossa Senhora da Lapa foi levada para a igreja, porém, a cada vez que isso ocorria, a santa era novamente encontrada na gruta (MecRoc, 2020). Assim, os moradores entenderam que era vontade da santa permanecer na gruta e, por isso, construíram um altar para que a imagem pudesse permanecer ali. A partir desse fato, a gruta passou a receber fiéis de várias regiões, principalmente no dia 15 de agosto, data dedicada à santa.

Figura 5 - Imagem de Nossa Senhora da Conceição da Lapa



Fonte: Souza, 2022.

De acordo com a documentação sob a posse da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Ouro Preto, em 31 de agosto de 1993, foi criado o Parque Municipal “Nossa Senhora da Lapa”, por meio da Lei nº 75. Entretanto, a referida lei não definiu o perímetro do Parque, limitando-se a afirmar que a delimitação da área seria realizada posteriormente, mediante a publicação de Decreto Municipal, que deveria levar em conta as especificidades ambientais e socioculturais da região. Conforme levantamento, até o momento não foi publicado nenhum decreto acerca desse assunto. Porém, somente em 2011, o local tornou-se Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa, por meio da Lei nº 695/2011.

A UC possui Lei de Criação, Plano de Manejo, Conselho Gestor e as ferramentas necessárias à sua gestão, embora boa parte dessa documentação esteja defasada e em processo de readequação.

A revelação dos poderes sobrenaturais sacros atribuídos à Nossa Senhora da Conceição da Lapa ocorre sob a forma da aparição milagrosa da imagem da santa na parede da gruta (Figura 7) e, por meio dos festejos e missas, a memória produtora da identidade é reativada periodicamente. Logo, o Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa pode ser considerado uma UC com características aplicáveis ao patrimônio cultural.

Atualmente, a utilização da Gruta da Lapa ocorre com visitantes, cientistas, população tradicional, participantes de cultos e missas, romeiros, estudantes, entre outros, o que só reforça as distintas concepções atribuídas ao território como parte do interesse público e privado, confirmando o patrimônio como objeto de disputa e tensão entre os diversos atores sociais envolvidos.

Para abrigar a imagem da santa, foi construída, sob gestão da paróquia, uma capela que acolhe devotos e visitantes em celebrações religiosas, como missas e novenas. Ademais, com a divulgação cada vez maior em *sites* turísticos, a visitação vem aumentando vertiginosamente, podendo-se

observar empiricamente o surgimento de novas modalidades de visitantes, não mais restritas aos romeiros.

Figura 6 - Imagem de Nossa Senhora das Mercês, na parede da Gruta da Lapa



Fonte: Souza, 2022.

Foram realizadas, ao longo do tempo, diversas intervenções na Lapa e em seus arredores, das quais se destaca a conversão do salão principal em igreja, composta por um altar principal, um coreto, oratórios e um piso de quartzito, com bancos para os fiéis. Para essa adaptação, grande parte do salão principal foi nivelada. Na entrada da Lapa, foi construída uma escada e instalado um portão.

O destaque para a história e a representatividade cultural da festa de Nossa Senhora da Lapa, que chega a atrair cerca de 20 mil visitantes por dia no período das comemorações, corresponde ao fortalecimento dos registros e dos memoriais das práticas sociais de famílias cristãs (Azul Consultoria, 2010). Para as festividades, são eleitos elementos culturais — bandas, comidas típicas e artesanato — como expressão da cultura e da identidade da comunidade no contexto dos festejos.

Porém, a festividade também se torna um atrativo turístico, pois promove o encontro entre a comunidade local, as famílias, os peregrinos e os turistas. Para o cidadão turista, os fixos que compõem a cidade deixam de ser desconhecidos. O território torna-se familiar e, nele e com ele, constrói-se uma relação de pertencimento e identificação, pois passa-se a compartilhar seus códigos e, de posse deles, a situar a própria subjetividade em relação aos fixos presentes no urbano (Gastal; Moesch, 2007).

Observando a Gruta Nossa Senhora da Lapa como lugar de fortalecimento da identidade da população de Antônio Pereira e de sua vocação turística, cabe tecer alguns comentários. Dados indicam que o perfil da população ouro-pretana, desde a sua formação, é negro e pardo, com as mulheres como base significativa do estrato social. A presença negra e mestiça mantém-se na cidade, a ponto de, no Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ouro Preto ter sido a segunda cidade brasileira com maior proporção de população autodeclarada negra e parda, superada apenas por Salvador (IBGE, 2000). A religião praticada é predominantemente a Católica Apostólica Romana. A base da economia é o setor minerário, o setor público e o turismo, que vem despontando como uma alternativa redentora para diversificar a economia municipal e “libertar” a cidade da dependência do setor minerário.

Apesar de toda uma campanha poderosa em defesa da crença no turismo cultural redentor, já temos dados recolhidos, em pesquisas recentes, que desmentem essa ilusão de que o turismo, por si só, acarreta desenvolvimento e inclusão social generalizados. Encontram-se, por exemplo, dados coletados em Recife (PE) por Castilho (1999). Nesse trabalho de pesquisa, desnudam-se as formas de interpelação de uma ideologia sedutora, que não se sustenta após a apreciação cuidadosa da realidade socioeconômica.

Um dos grandes problemas enfrentados para o fortalecimento da atividade do turismo cultural no município é o discurso de legitimidade das formas culturais, que nos leva a enfrentar uma hierarquia de bens simbólicos, na qual o capital específico dos grupos subalternos ocupa um lugar subordinado. Dessa forma, os bens tombados no distrito-sede seriam mais valorizados e preservados do que o patrimônio cultural dos demais distritos.

Nesse sentido, enquanto profissionais das Ciências Sociais e do Turismo, cabe compreender que o campo do patrimônio é interdisciplinar e deve considerar a matriz complexa que define o campo de atuação de outras disciplinas e de outras formas de intervenção junto aos grupos sociais envolvidos, para a criação de estratégias didático-pedagógicas de difusão do conhecimento, de preservação e de utilização.

Em Antônio Pereira, encontram-se manifestações culturais, como as festas populares e os cultos, bem como o artesanato tradicional das colchas floridas de crochê, reconhecido internacionalmente (Azul Consultoria, 2010). Entre as festas e cultos populares estão: a Coroação de Nossa Senhora, realizada em maio; a Festa de Santo Antônio, em junho; a Festa de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, em agosto (Figura 8); as Cavalgadas, em agosto; e as Romarias (Azul Consultoria, 2010). Outras manifestações culturais incluem a Banda de Nossa Senhora da Lapa e o hino de Nossa Senhora da Lapa.

A festa de Nossa Senhora da Conceição da Lapa é a principal do distrito. Conforme MecRoc (2025), barracas são instaladas no entorno da Gruta nos dias de festa. Turistas e moradores de outros municípios constituem o principal público nesses dias, assim como os próprios moradores, que se unem aos preparativos da festa, participam dela e auxiliam na limpeza e na organização após o jubileu de Nossa Senhora da Conceição da Lapa.

Cabe mencionar que a movimentação decorrente do jubileu incide diretamente na economia local. Fabricantes de fogos de artifício, artesãos, comerciantes de comidas e bebidas típicas, roupas e adereços, donos de hotéis, restaurantes e barraqueiros beneficiam-se dos festejos para aumentar a renda. Logo, conciliar os interesses mercadológicos com os conflitos preservacionistas e sociais torna-se uma condição básica para a sustentabilidade dos festejos.

Assim, o que se busca é o uso do patrimônio de forma democrática, para que romeiros (Figuras 7 e 8), residentes, visitantes, representantes dos setores público e privado e estudiosos possam manifestar engajamento no uso do território, ampliando o sentimento de pertencimento ao lugar.

Figuras 7 - Romeiros na Gruta Nossa Senhora da Lapa



Fonte: Souza, 2002

Figura 8 - Romeiros na Gruta Nossa Senhora da Lapa



Fonte: Souza, 2024.

Com base no exposto, os documentos existentes na Prefeitura Municipal de Ouro Preto foram consultados para obter informações que subsidiem a análise SWOT da UC como atrativo cultural e turístico. O resultado é apresentado em quatro tópicos: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

### **Análise SWOT Gruta Nossa Senhora da Lapa**

Durante a pesquisa documental, foram obtidas diversas informações que subsidiaram a elaboração de um quadro com a análise SWOT da Gruta da Lapa como atrativo turístico (Figura 9), conforme apresentado a seguir. Observa-se, no quadro, um conjunto de oportunidades e impactos decorrentes da conversão do território da Gruta da Lapa em Unidade de Conservação e em atrativo turístico cultural-religioso. Embora boa parte desses impactos possa ser prevenida ou mitigada com baixo orçamento e em curto prazo (menos de dez anos), fica evidente que as políticas públicas e a gestão do atrativo carecem de um planejamento mais bem estruturado e coeso, de modo que a comunidade não sofra os efeitos negativos decorrentes da multiplicidade de usos. A seguir, são apresentadas as considerações e a bibliografia referentes às temáticas analisadas.

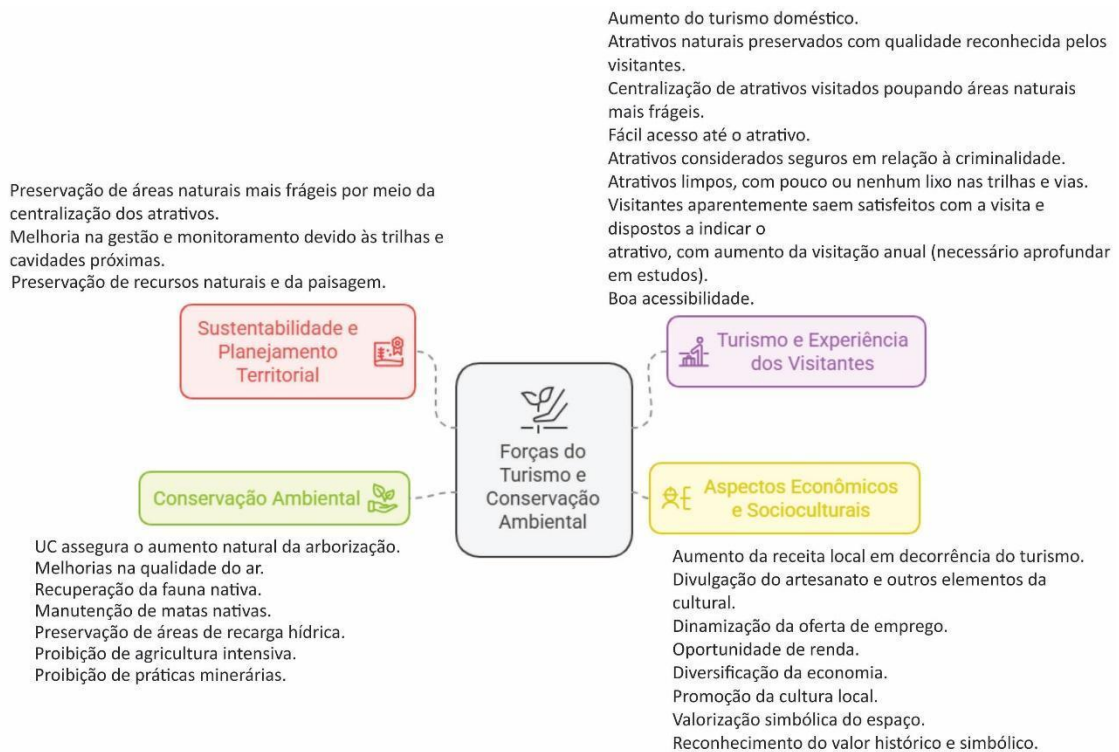
#### ***Strengths (Forças)***

A análise das forças (Figura 9) do Monumento Natural Municipal Gruta da Lapa revela um conjunto de atributos que posicionam o local como um polo potencial de turismo cultural e ambiental, além de um possível modelo para iniciativas de conservação integradas ao desenvolvimento regional. A preservação dos atrativos naturais e seu bom estado de conservação, reconhecidos pelos visitantes, são aspectos que reforçam o valor ecológico do espaço, enquanto o fácil acesso e a predominância de zonas estáveis facilitam a visitação, incentivando o turismo doméstico. A centralização dos atrativos poupa áreas mais frágeis, preservando o meio ambiente e promovendo a sustentabilidade do turismo.

A relevância cultural da Gruta é destacada pela valorização do artesanato, pelo fortalecimento das tradições locais e pela promoção do turismo religioso, fatores que dinamizam a economia local e ampliam as oportunidades de renda e de emprego. Além disso, benefícios ambientais, como o aumento da arborização, a recuperação da fauna nativa e a preservação de áreas de recarga hídrica, evidenciam a sinergia entre a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico.

A proibição de práticas minerárias e de agricultura intensiva reforça o compromisso com a proteção dos recursos naturais, enquanto o reconhecimento do valor simbólico e histórico do local consolida sua relevância como patrimônio cultural. A diversidade de atrativos próximos, as trilhas de fácil acesso e a possibilidade de turismo pedagógico tornam o espaço um destino atrativo para diferentes públicos, contribuindo para o fortalecimento de sua relevância no cenário turístico regional.

Figura 9 - Análise SWOT (Forças) do atrativo Gruta da Lapa



Fonte: Os autores, 2025.

### Weaknesses (Fraquezas)

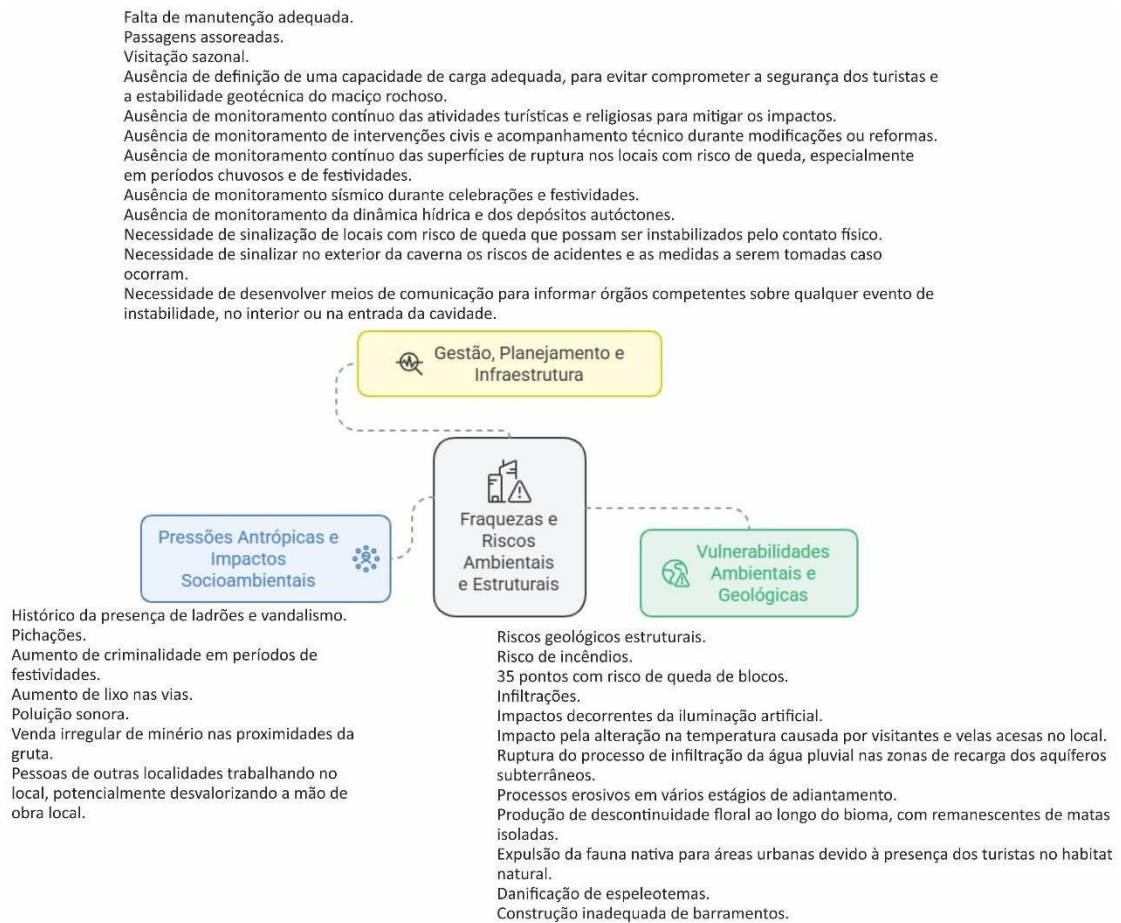
A análise das fraquezas (Figura 10) ilustra alguns dos desafios significativos que comprometem a conservação ambiental, a segurança dos visitantes e a gestão sustentável do espaço. A existência de riscos geológicos e estruturais, como infiltrações, pontos com risco de queda de blocos e processos erosivos avançados, compromete a integridade física da gruta e dos visitantes. A falta de monitoramento contínuo das superfícies de ruptura, da dinâmica hídrica e dos impactos das atividades turísticas agrava esses problemas, enquanto a ausência de sinalização adequada aumenta a vulnerabilidade a acidentes.

Os impactos ambientais também são preocupantes, como a ruptura do processo de infiltração da água pluvial, a expulsão da fauna nativa, a danificação de espeleotemas e a descontinuidade da flora. Esses fatores resultam em degradação progressiva do ecossistema, agravada por práticas inadequadas, como a construção de barramentos e de vias que promovem a erosão.

A gestão da UC enfrenta dificuldades adicionais, incluindo aumento da criminalidade em períodos de festividades, pichações, poluição sonora e acúmulo de lixo nas vias. Além disso, o impacto socioeconômico da presença de pessoas de fora trabalhando na área e a falta de estratégias de participação comunitária contribuem para conflitos sociais e fragilizam a integração entre a preservação e o uso turístico.

A ausência de definição de capacidade de carga e de um planejamento estruturado para visitas sazonais acarreta sobrecarga em períodos específicos, colocando em risco tanto os visitantes quanto a estabilidade geotécnica do maciço rochoso. Essas lacunas demandam uma abordagem mais proativa e estratégica, com ações específicas para mitigar os problemas e garantir a sustentabilidade do monumento natural.

Figura 10 - Análise SWOT (Fraquezas) da Gruta da Lapa



Fonte: Os autores, 2025.

### Opportunities (Oportunidades)

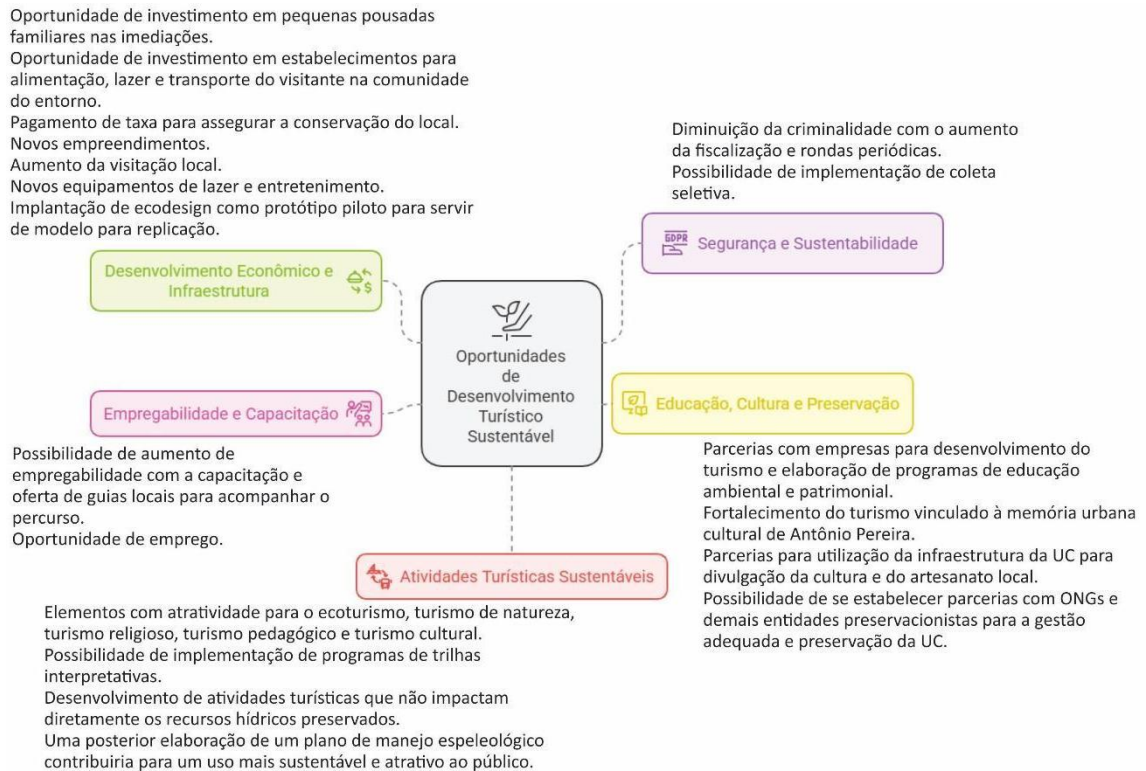
A análise das oportunidades (Figura 11) revela um leque de possibilidades para o desenvolvimento sustentável do turismo, a geração de renda e a valorização cultural e ambiental. As potencialidades para investimentos em pequenas pousadas, estabelecimentos de alimentação, lazer e transporte oferecem caminhos para fortalecer a economia do distrito, gerando empregos e promovendo a inclusão das comunidades do entorno. Além disso, o pagamento de taxas destinadas à conservação pode assegurar recursos para a manutenção e preservação do local.

Parcerias com empresas, ONGs e entidades preservacionistas criam oportunidades para fomentar programas de educação ambiental e patrimonial, reforçando o potencial pedagógico do espaço e incentivando práticas de turismo responsável. A implantação do *ecodesign* como modelo piloto e o desenvolvimento de programas de trilhas interpretativas agregam valor à experiência dos visitantes, promovendo maior interação com os atributos naturais e culturais da UC.

A possibilidade de capacitação e de oferta de guias locais não apenas gera alternativas de empregabilidade, mas também fortalece a conexão da comunidade com o turismo e a preservação. O fortalecimento do turismo cultural e religioso, aliado à criação de novos empreendimentos e equipamentos de lazer, potencializa a atratividade do distrito, contribuindo para um fluxo contínuo e sustentável de visitantes.

A elaboração de um plano de manejo espeleológico e a implementação de práticas, como a coleta seletiva e rondas periódicas, para reduzir a criminalidade indicam caminhos para mitigar impactos e melhorar a gestão integrada. Essas iniciativas, se alinhadas a políticas públicas eficazes e ao engajamento comunitário, podem consolidar o Monumento Natural como um exemplo de uso sustentável do patrimônio natural e cultural, equilibrando conservação e desenvolvimento regional.

Figura 11 - Análise SWOT (Oportunidades)



Fonte: Os autores, 2025.

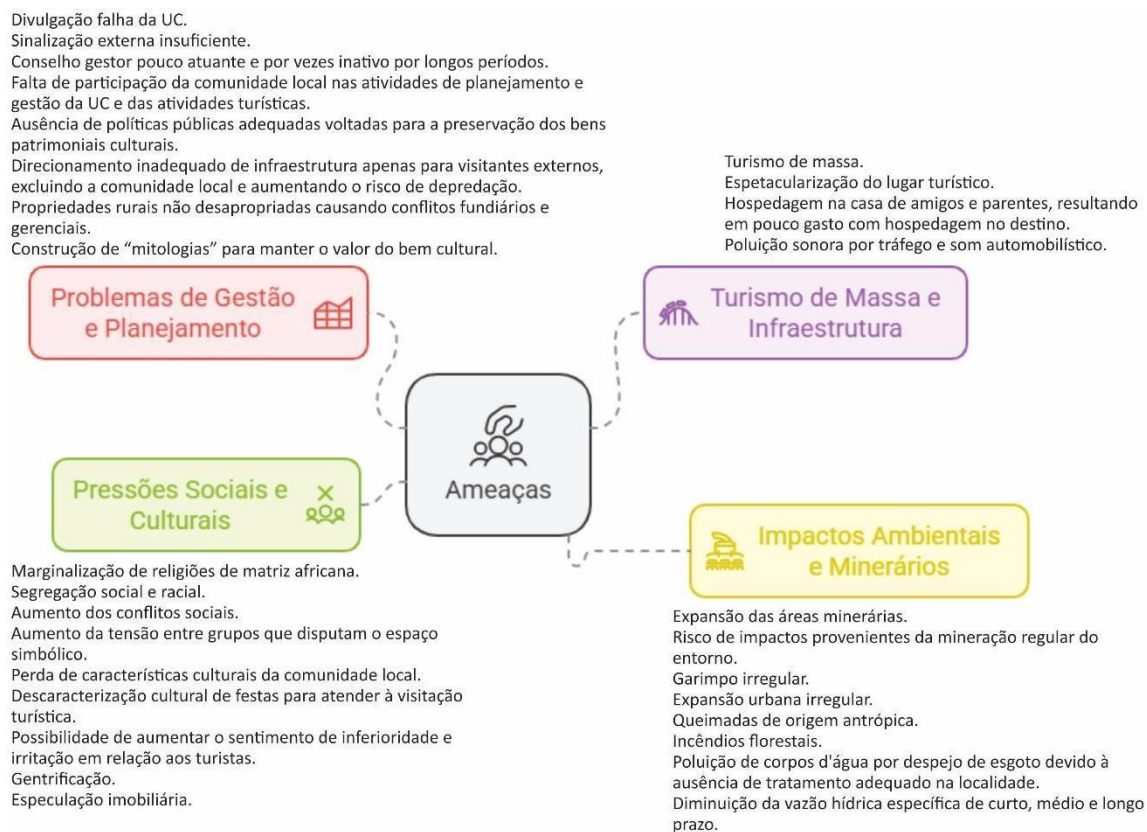
### Threats (Ameaças)

A análise das ameaças (Figura 12) ao Monumento Natural Municipal Gruta da Lapa evidencia desafios complexos que podem comprometer a sustentabilidade do turismo, a preservação cultural e ambiental e o engajamento da comunidade autóctone. A divulgação insuficiente e a sinalização externa precária prejudicam a visibilidade do atrativo e a experiência dos visitantes, enquanto a expansão minerária, o garimpo irregular e a expansão urbana desordenada representam sérios riscos à integridade ambiental e ao patrimônio local.

Problemas estruturais, como a marginalização de religiões de matriz africana, a segregação social e racial e o direcionamento da infraestrutura para visitantes externos, em detrimento da comunidade, tendem a intensificar conflitos sociais e processos de exclusão, minando o sentimento de pertencimento. Além disso, a espetacularização do turismo e a descaracterização cultural de festas tradicionais ameaçam a autenticidade e o valor identitário do patrimônio.

Impactos ambientais, como incêndios florestais, poluição sonora, diminuição da vazão hídrica, poluição de corpos d'água e sobrecarga da infraestrutura urbana, agravam os desafios de gestão. Esses problemas são exacerbados pela ausência de políticas públicas específicas, pela inatividade do Conselho Gestor e pela falta de participação efetiva da comunidade autóctone nas decisões de planejamento e de gestão.

Figura 12 - Análise SWOT (Ameaças) Gruta da Lapa



Fonte: Os autores, 2025.

A especulação imobiliária, o aumento dos preços do transporte público e a superlotação dos serviços urbanos evidenciam o impacto indireto do turismo de massa sobre a infraestrutura, tanto da gruta quanto do distrito de Antônio Pereira. Além disso, questões simbólicas, como a construção de mitologias e o aumento das tensões entre grupos que disputam o espaço cultural, intensificam os desafios gerenciais. Essas ameaças demandam intervenções estratégicas e colaborativas, que articulem políticas públicas, engajamento comunitário e parcerias institucionais, com o objetivo de mitigar impactos, preservar o patrimônio cultural e promover um modelo de turismo sustentável e inclusivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os desafios, as tensões e as oportunidades associados ao uso compartilhado do território do Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa, na interface entre preservação ambiental, patrimônio cultural e turismo, com base em análise documental e bibliográfica (2010-2025) e na sistematização dos dados por meio de uma matriz SWOT. Esse percurso permitiu avançar na compreensão de como uma UC, com forte centralidade simbólico-religiosa e alta atratividade turística, tende a concentrar, no mesmo recorte territorial, demandas por conservação, salvaguarda cultural, segurança, ordenamento do uso público e justiça socioambiental, o que reforça a inadequação de abordagens setoriais fragmentadas para a gestão do lugar.

Em relação ao objetivo específico 1 (identificar instrumentos de planejamento e gestão adotados), a pesquisa demonstrou a existência de um arcabouço formal mínimo (Lei de Criação, Plano de Manejo e Conselho Gestor), porém, com assimetrias entre a institucionalização e a operacionalidade. Na prática, os instrumentos apresentam limitações quanto à atualização, ao monitoramento e à capacidade de induzir rotinas de gestão compatíveis com a intensidade e a sazonalidade da visitação, especialmente no ciclo festivo. Essa constatação é relevante porque, em territórios de uso múltiplo e com patrimônio cultural vivo, a “existência” do instrumento não equivale à sua efetividade, pois é a implementação (regras, fiscalização, comunicação com usuários e protocolos de manejo) que determina a capacidade de prevenir riscos, reduzir conflitos e qualificar a experiência turística sem comprometer a integridade ambiental e cultural.

Quanto ao objetivo específico 2 (levantar boas práticas e experiências de sucesso para comparação), o estudo identificou, como direção estratégica, um conjunto de soluções recorrentes na literatura e compatíveis com as oportunidades mapeadas: programas estruturados de educação ambiental e patrimonial; trilhas interpretativas e sinalização orientada à prevenção de impactos; capacitação de guias locais e valorização de mediadores comunitários; parcerias interinstitucionais (poder público, organizações da sociedade civil, setor privado e entidades preservacionistas); e mecanismos de financiamento da conservação, como taxas vinculadas a melhorias verificáveis no manejo. Tais práticas se destacam por combinar dois resultados esperados: a mitigação de impactos (ambientais e socioculturais) e a redistribuição de benefícios (renda, trabalho e reconhecimento cultural) para a comunidade do entorno, condição essencial para reduzir tensões e fortalecer o pertencimento.

No que se refere ao objetivo específico 3 (identificar conflitos e impactos socioeconômicos do turismo em UCs com vocação cultural), os dados indicam uma dinâmica ambivalente. Por um lado, a atratividade do jubileu e a crescente presença de visitantes reforçam os circuitos econômicos locais (comércio temporário, serviços, alimentação, artesanato), ampliando as oportunidades de renda. Por outro lado, a pressão concentrada em períodos específicos potencializa os riscos e as externalidades, criando uma sobrecarga na infraestrutura, acúmulo de resíduos, poluição sonora, aumento de criminalidade sazonal e tensões de uso, além de processos simbólicos sensíveis, como a ameaça de espetacularização e descaracterização de práticas culturais e os conflitos associados às desigualdades, segregações e marginalizações no território. Assim, o turismo aparece menos como “solução em si” e mais como um vetor que exige governança. Entende-se que, sem regras claras, pactuação social e instrumentos operacionais, o aumento do fluxo tende a agravar as vulnerabilidades pré-existentes.

A partir disso, o objetivo específico 4 (avaliar a efetividade dos instrumentos à luz do referencial teórico) foi contemplado ao demonstrar que lacunas de implementação, como a ausência de monitoramento contínuo, indefinição da capacidade de carga, fragilidades de sinalização e de protocolos, descontinuidade participativa e baixa integração intersetorial, reduzem a efetividade do aparato institucional no cumprimento da finalidade pública da UC. Em um território no qual os valores naturais e culturais são indissociáveis, a gestão precisa operar com uma abordagem integradora (paisagem e territorialidades) e com mecanismos permanentes de mediação de interesses (poder público, paróquia, moradores, comerciantes, romeiros, turistas e pesquisadores). Nesse ponto, a SWOT foi decisiva ao demonstrar que parte expressiva das fragilidades e ameaças pode ser mitigada por meio de ações incrementais e de baixo custo, desde que inseridas em um planejamento coerente, com responsabilidades definidas, indicadores e cronograma de execução.

Por fim, o objetivo específico 5 (propor sugestões de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão) desdobra-se em um pacote de prioridades: a atualização do Plano de Manejo e fortalecimento do zoneamento com regras específicas para eventos de grande fluxo; o estabelecimento de capacidade de carga e plano de ordenamento da visitação (incluindo controle de acesso, horários, rotas, pontos de parada e comunicação de risco); a implantação de monitoramento geotécnico/hídrico e protocolos de segurança, com sinalização preventiva e rotinas de manutenção; a reativação e funcionamento regular do conselho gestor, com participação comunitária efetiva e transparência decisória; a estruturação de ações de educação ambiental e patrimonial (com interpretação do patrimônio, ética do visitante, gestão de resíduos e valorização de narrativas locais); e o desenho de mecanismos de repartição de benefícios e inclusão produtiva local (guias, comércio, artesanato), reduzindo a captura externa de oportunidades e fortalecendo a legitimidade social da conservação. Essas proposições, articuladas, respondem ao desafio central do estudo: conciliar conservação e uso público em um patrimônio vivo, evitando que o território seja capturado por lógicas excludentes, de curto prazo ou de mera exploração econômica.

Como limitação, reitera-se que a pesquisa se baseou em dados secundários, o que limita a aferição direta de percepções, conflitos e práticas em situações de visitação real, sobretudo em períodos de pico. Estudos futuros podem fortalecer a agenda proposta ao incorporar entrevistas com atores-chave, observação participante durante o jubileu, levantamentos de percepções com moradores e visitantes, análises de impactos econômicos locais e a aplicação de métodos específicos para dimensionamento da capacidade de carga e monitoramento de impactos em ambientes espeleológicos. Ainda assim, o estudo contribui para organizar, de forma integrada e aplicada, um diagnóstico orientado à gestão, evidenciando que a sustentabilidade do turismo na Gruta Nossa Senhora da Lapa depende menos do aumento do fluxo e mais da consolidação de governança, planejamento e mediação cultural capazes de proteger, simultaneamente, os valores ambientais e as tradições que conferem sentido ao lugar.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGTURPATRI-UFOOP), ao Grupo de Pesquisa NaTur e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Ouro Preto (MG), pelo apoio institucional e pelas contribuições que viabilizaram a realização desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M.; SANTOS, M. S. dos (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: MinC/Iphan/Demu/Garamond, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania). Disponível em:

[https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/21-museus-colecoes\\_e\\_patrimonios-narrativas\\_polifonicas.pdf](https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/21-museus-colecoes_e_patrimonios-narrativas_polifonicas.pdf)

Acesso em: 18 out. 2025.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental.

**Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.

<https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>

AZUL CONSULTORIA. **Plano de Manejo do Monumento Natural Municipal da Gruta da Lapa**. Ouro Preto, 2010. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/222932815/Volume-I-Diagnostico-Plano-de-Manejo-Gruta-N-Sra-Conceicao-da-Lapa-pdf> Acesso em: 18 out. 2025.

BALLART, J. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 1997.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm) Acesso em: 18 out. 2025.

CASTILHO, C. J. M. de. Turistificação do espaço da cidade de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento socioespacial local. **Espaço e Geografia**, Brasília, ano 3, n. 1, p. 161–176, 1999.

CERTEAU, M.; GIRARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

COSTA, L. de C. N.; GASTAL, S. de A. Paisagem cultural: diálogos entre o natural e o cultural. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em:

[https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/arquivos/03/Paisagem%20Cultural.pdf](https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/03/Paisagem%20Cultural.pdf) Acesso em: 18 out. 2025.

DENCKER, A. de F. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FEDEROVICZ, S. M.; GUMBOWSKY, A.; MARCHESAN, J. Gestão escolar democrática: articulações com o desenvolvimento regional e a globalização. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em:

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13369/2535> Acesso em: 07 set. 2022.

FÉRES, L. R. *et al.* Conservação e valores das paisagens culturais mundiais: a trajetória da preservação do Conjunto Moderno da Pampulha (1947–2016). 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/items/f953f9f5-9d59-42a4-902d-18d3cd5fab38> Acesso em: 18 out. 2025.

FERREIRA, E. A. M.; RIBEIRO, M. Â. C. Abordagem geográfica dos processos de turistificação e territorialização nos distritos de Lavras Novas e São Bartolomeu, em Ouro Preto-MG. **Caminhos de Geografia, Uberlândia**, v. 26, n. 104, p. 15–34, 2025. <https://doi.org/10.14393/RCG2610474119>

FRIESNER, T. History of SWOT Analysis. Disponível em:

[http://www.marketingteacher.com/SWOT/history\\_of\\_swot.htm](http://www.marketingteacher.com/SWOT/history_of_swot.htm) Acesso em: 19 dez. 2010.

- FRIGOLÉ, J.; ROIGÉ, X. **Constructing cultural and natural heritage: parks, museums and rural heritage**. Girona: Documenta Universitaria; Institut Català de Recerca en Patrimoni Cultural, 2010.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.
- GHIMIRE, K.; PIMBERT, M. Social change and conservation: an overview of issues and concepts. In: GHIMIRE, K.; PIMBERT, M. (Ed.). **Social change and conservation**. Londres: Earthscan Publications, 2000.
- GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond/IPHAN/DEMU, 2007.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro\\_metodologico\\_elaboracao\\_revisao\\_plano\\_manejo\\_ucs.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf) Acesso em: 18 out. 2025.
- ICMBio. Visitação em Noronha será reestruturada com foco na conserva o e experiência do turista. Brasília, 9 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/visitacao-em-noronha-sera-reestruturada-com-foco-na-conservacao-e-experiencia-do-turista> Acesso em: 18 out. 2025.
- IUCN. **Australian Natural Heritage Charter: for the conservation of places of natural heritage significance**. 2. ed. Austrália: IUCN, 2002. Disponível em: <https://www.environment.nsw.gov.au/-/media/OEH/Corporate-Site/Documents/Research/Our-scientific-foundations/australian-natural-heritage-charter-2002-070580.pdf> Acesso em: 18 out. 2025.
- KINKER, S. **Ecoturismo e conserva o da natureza em parques nacionais**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. **Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage**. Berkeley: University of California Press, 1998. <https://doi.org/10.1525/9780520919488>
- LEUZINGER, M. D. Natureza e cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da cria o de unidades de conserva o. 2007. Tese (Doutorado) – CDS/UnB, Brasília. Disponível em: [https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/52102/1/2007\\_MarciaDieguezLeuzinger.pdf](https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/52102/1/2007_MarciaDieguezLeuzinger.pdf) Acesso em: 18 out. 2025.
- LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra/ABA, 2007.
- LUCA, V. G. de. O patrimônio arquitet nico e a paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigra o italiana. 2007. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90456> Acesso em: 18 out. 2025.
- MARTINS, M. C. Paisagem em circula o: o imaginário e patrimônio paisagístico de São Francisco do Sul em cartões-postais (1900–1930). 2008. Disserta o (Mestrado em Planejamento Urbano) – UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16653> Acesso em: 18 out. 2025.
- MECROC ENGENHARIA LTDA. Diagnóstico geomecânico da Lapa de Antônio Pereira. Belo Horizonte, MG, dez. 2020.
- MONTEIRO, F. T. *et al.* Sistema agrícola tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, MG. In: EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion (Org.). **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2019.
- PENA, R. C. Monitoramento e avalia o de planos de manejo: estudo de caso do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca. 2018. Disserta o (Mestrado) – UNIRIO, Rio de Janeiro.

Disponível em: [http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/arquivos/dissertacoes/turma-2016/MonitoramentoeAvaliaodePM\\_RobertaPena.pdf](http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/arquivos/dissertacoes/turma-2016/MonitoramentoeAvaliaodePM_RobertaPena.pdf) Acesso em: maio 2024.

PORTA, P. **Políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados (2000–2010)**. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012.

SANTOS, M. O retorno do território. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, v. 6, n. 16, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110303044837/05Santos.pdf> Acesso em: 18 out. 2025.

SARTORI, A. Conceito de memória: perspectivas teóricas nas pesquisas em turismo. **Turismo e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 1–23, 2021. <https://doi.org/10.5380/ts.v15i1.81389>

SILVA, L. V. da. Unidades de conservação e patrimônio arqueológico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 37, p. 115–132, 2020.

SOUZA, É. C. M. Identidades e práticas culturais juvenis: as repúblicas estudantis de Ouro Preto. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe.

TSING, A. L. **Friction: an ethnography of global connection**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005. <https://doi.org/10.2307/j.ctt7s1xk>

VIEIRA FILHO, D. **Ideias e anotações sobre o patrimônio cultural brasileiro**. Brasília: IPHAN, 2009.

WIDMER, G. M. A convenção do Patrimônio Mundial e o turismo. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, v. 2, n. 1, 2008.

ZIMMERER, K. (Ed.). **Globalization and New Geographies of Conservation**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

---

Recebido em: 18/10/2025

Aceito para publicação em: 02/02/2026